



SESSÃO COORDENADA “ENSINO DE HISTÓRIA”

COORDENADORES:

ELIANA DE SOUSA ROLIM & ISRAEL SOARES DE SOUSA

ENSINO DE HISTÓRIA E INCLUSÃO: DIÁLOGOS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

JEFFERSON FERNANDES DE AQUINO
PIBID/UFCG
jeffersonczpb@gmail.com

RESUMO

É comum se ouvir falar em inclusão, sobretudo nas escolas. Isto se deve por causa de uma série de políticas públicas que promoveram o acesso à escola e, em muitos casos até a educação para pessoas com deficiência, adaptando-se ao seu mundo. Assim, não é estranho se observar alunos com cegueira, surdez, paralisia, dentre outras pelos corredores das escolas brasileiras. Entretanto, cabe-nos refletir, o que um professor, especialmente, o de História, pode fazer para melhorar e desenvolver seu aluno? O presente estudo visa dialogar sobre isso, com profissionais já atuantes na área e, sobretudo com os futuros docentes a fim de construir um espaço mais inclusivo em nossas salas de aula. Para tanto objetivamos, neste texto, traçar um caminho que converse sobre as práticas pedagógicas, o ensino de história e a convivência com o aluno com deficiência.

Palavras-chave: Ensino de História; Inclusão; Práticas Educativas.

INTRODUÇÃO

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.

Rubem Alves

Iniciamos nosso estudo partindo de um questionamento simples e que soma à fala de Rubem Alves. Afinal, o que nos faz professores? O que nos instiga a buscar a resposta para tal pergunta reside na essência da educação.

Educar, segundo o dicionário online¹¹, “é a ação de promover a educação... no sentido mais amplo educar é socializar”. Desta forma, o ato de educar invade o universo do outro no que se refere a troca de informações. Afinal, educar é ensinar, transmitir conhecimento, desenvolver e orientar as aptidões, é capacitar a criança/jovem para a vida em sociedade.

Então, dessa forma, o papel do professor é muito mais ampla do que apenas repassar aquilo que aprendeu ao longo do tempo; o que, em outras palavras seria, jogar na cabeça do indivíduo fórmulas, dados, datas, entre outros.

Para falar a verdade, o sentido de educação vem sendo moldado ao longo dos anos e as relações entre alunos e professores tendem a estreitar ainda mais ao transcorrer desse processo. E é onde reside a essência da educação inclusiva.

Ao pensar este estudo, procuramos compreender como as relações entre o professor de História e um aluno com deficiência podem se manifestar em sala de aula, visto que, segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), se expressa com o:

[...] objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14).

¹¹ Disponível em: <<https://www.significados.com.br/educar/>>. Acesso em 28 set 2017.

Com isso, é sabido dizer que a escola, quando inclusiva, abrange a todos os seus setores, como garantia do direito de ir e vir de quaisquer cidadãos.

O fato é que historicamente a pessoa com deficiência vem sendo tratada como alguma coisa na sociedade e a ela era imputada uma condição de “coitadinha”, de “pena”, quando não visto como caso de tratamento médico.

A grande logística da educação inclusiva é promover uma sociedade inclusiva. Partindo do pressuposto que tudo inicia na escola, esta é a primeira a receber a incumbência de promover a socialização desses indivíduos e, para isto recebe subsídios para adequar as suas estruturas, capacitar os profissionais envolvidos no processo, entre outros.

Incluir, significa “por dentro de”, “juntar(-se)”, “inserir(-se)”. No campo da educação, incluir é promover ações que garantam a igualdade de direitos, ao tempo que estimular as habilidades de um aluno com quaisquer deficiências, a fim de garantir a sua autonomia em atividades cotidianas.

Quando falamos em deficiência, nos referimos, geralmente a ausência de algo. Por isso que, ao tratar de uma pessoa que “não seja normal”¹², o correto é se chamar **pessoa com deficiência**, pois para ela, a ausência de alguma habilidade – quer seja visual, auditiva, intelectual, etc. – não a torna diferente de nós, anormal, uma “aberração”, como se sustentou por anos, quando estudos com esses indivíduos não eram estimulados.

O processo de inclusão é marcado por ações que visem promover a autonomia, como bem já dissemos, do indivíduo frente às ações cotidianas. Embora isto soe como uma “limitação” do ensino à pessoa com deficiência, o ato de se afirmar que a escolarização desses indivíduos objetivem a sua autonomia implica na vastidão desse universo, mas não impede que um cego, um surdo, um deficiente físico, por exemplo, galguem voos maiores, mas que, para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça, se faz necessário adotar ações que primem por esse objetivo.

É preciso conhecer a realidade de cada aluno para que as metodologias aplicadas surtam o efeito desejado, visto que para cada deficiência existem tecnologias e metodologias específicas que auxiliam o professor em um dado conteúdo.

¹² O termo entre aspas refere-se a uma forma não usual de tratar as pessoas: como “normais”, para sem deficiência e “anormais” ou por meio de algum estereótipo para àquelas que possuem quaisquer deficiências.

Por outro lado se faz necessário que o professor compreenda o seu papel enquanto agente promotor de uma aprendizagem e busque soluções para os seus alunos, promovendo a ação integrada de alunos, o diálogo com outros profissionais da turma e do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

DA ARTE DE ENSINAR HISTÓRIA À FORMAÇÃO DO CIDADÃO: UMA DISCURSÃO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.

Bem sabemos que as práticas pedagógicas que envolvem a disciplina de História estão ligadas ao estudo do tempo e das ações humanas ao longo dele. Lógico que esta não é uma definição finita da História e seus fins, bem como de seu ensino, mas nos propicia nortear uma discussão.

Assim, no que se refere ao ensino de História pelo que preconiza os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB, Lei nº 9394/1996) (1996) este componente curricular chega à sala de aula com um objetivo bem simples, ao tempo que é muito complexo: formar para o exercício da cidadania.

No que tange o campo da historiografia, podemos afirmar que a História sempre buscou criar a sua própria identidade como ciência e, no campo educacional, como disciplina. Segundo Fonseca (2011):

A trajetória da História ensinada nas escolas não corresponde, necessariamente, à da História do campo do conhecimento, mesmo porque, durante muito tempo [...] parte dela confundiu-se com a história sagrada, isto é com a história bíblica, que era ensinada nas escolas onde a influência das igrejas cristãs era significativa. A história “profana”, principalmente sobre a Antiguidade, chegava a aparecer, por meio dos textos clássicos. [...] A afirmação das identidades nacionais e a legitimação dos poderes políticos fizeram com que a História ocupasse posição central no conjunto de disciplinas escolares [...]. (FONSCECA, 2011, p.21-22;24)

A partir da fala de Fonseca, podemos compreender melhor como a História foi se consolidando, tanto no campo científico quanto no espaço escolar, sendo atribuída, a ela, uma missão de formar o cidadão por meio da identidade.

O ser cidadão, como já bem discutido nas linhas deste estudo, além de objetivo da disciplina História segundo os documentos oficiais da educação brasileira, é bem focado a partir das lutas sociais e construção da ideia de nação/povo brasileiro em face aos processos que marcaram revoltas, transformações políticas e sociais de cada época vivida em nosso país e no mundo.

Espera-se, portanto, que ao entrar em contato com esses processos, os alunos possam se envolver, e até mesmo se identificar com alguns deles, levantando questionamentos sobre algumas características da época, naquela tentativa de reafirmar que o hoje é diferente, mas também pode ser semelhante.

Com isso, percebe-se que o aluno cria seu primeiro laço de identidade através da história: a noção do certo e errado como extensão de um processo histórico. Exemplo disso é discutir a questão das igualdades, racismo (como ato preconceituoso e criminoso), entre outros temas. A própria presença do aluno com deficiência é um caso de direitos adquiridos ao longo do tempo e que pode ser explorado pelo professor.

A escola, para Mantoan (2006), não é apenas um ambiente sob o qual todos tendem a passar para aprender algo, mas devemos compreender o papel da escola na formação do cidadão, tornando-o um membro efetivo da sociedade, seguindo a finalidade natural que é “[...] educar para a liberdade, para a expressão máxima da capacidade de cada um e para a cooperação e o entendimento entre as pessoas.” (MANTOAN, 2006, p.185).

Sob nossa ótica, somar ao convívio escolar crianças com características diferentes permite aos alunos perceberem o mundo diversificado que eles vivem e entender essa diversidade existente no globo, trabalhando de forma mais eficaz, conceitos como cidadania, democracia, igualdade, de modo a derrubar barreiras construídas por séculos de história excludente e compreendendo a variedade ético-racial, linguística distribuída por toda a sociedade, ao mesmo tempo entendendo que, mesmo com diferenças, cada um é capaz de ser independente.

Compreendemos também que a escola não pode, e nem deve ser constituída apenas dos personagens que atuam diretamente no cenário escolar. Esta é a construção de vários personagens e, para isto, necessita da atuação de todos para que a educação aconteça de forma efetiva.

O processo de inclusão é marcado por ações que visem, como dissemos anteriormente, promover a autonomia do indivíduo frente às ações cotidianas e no que se refere ao papel do professor de História, este tem função primordial de conduzir tal aluno a

compreender os seus direitos enquanto cidadão, a partir de questões práticas que se estendem as datações e processos históricos.

Assim, no que tange aplicação de metodologias para o ensino de História, o contato inicial do professor da sala regular deve ser com o docente do Atendimento Educacional Especializado, pois com a troca de informações entre ambos, temos a fórmula ideal para se começar a construção de um plano com estratégias que visem a atingir não somente àquele aluno com deficiência, mas todos os alunos. Isso é inclusão!

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma extensão da escola que visa trabalhar com os alunos com deficiência que estejam (ou não) matriculados na escola. Este, por sua vez tem como função, segundo a Resolução nº4/2009 que institui as diretrizes operacionais para o AEE, citado em Bedaque (2015):

Art. 2º - O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (BRASIL, 2009; in: BEDAQUE, 2015, p.28).

Ainda de acordo com a lei, o Atendimento Educacional Especializado independe da origem do aluno no que tange o seu acompanhamento, ou seja, este é oferecido a todos aqueles com deficiência e que estejam matriculados em alguma modalidade de ensino quer seja na rede pública ou privada e sua oferta não substitui a sala de aula regular.

Com isso, a inclusão nas escolas é um processo que dever ser encarado no conjunto e não apenas como responsabilidade de um só. Visto isto, devemos começar a compreender o nosso papel enquanto docentes que seja na sala regular ou no AEE.

Conhecer os seus alunos é tarefa primordial para qualquer professor. Saber o conteúdo a ser ministrado, suas dificuldades, suas habilidades permite ao professor potencializar a dinamização dos conteúdos e sua aplicabilidade.

Como docentes temos, na sala regular que edificar um saber, fomentando as descobertas e desbravamentos de cada aluno – quer seja ele com ou sem deficiência e esteja isto desvinculado de qual metodologia será utilizada. Para isto, o professor deve, antes de iniciar quaisquer planos, levar em consideração o seu próprio conhecimento prévio da turma que será aplicada aquela atividade, afim de instiga-la a alcançar o saber almejado.

De modo que ter um aluno com deficiência em sala de aula não é tarefa fácil, nem por isso impossível, mas ainda causa estranheza por parte de muitos profissionais que, por vezes, se julgam inaptos a trabalhar, mas que, por um razão ou outra, aceitam a turma, mas não buscam interagir com outros professores da turma e do AEE.

Mas, como bem afirmamos anteriormente, nem a educação, nem a inclusão são processos individualistas, ambos necessitam de uma atuação conjunta. E tal afirmação nos indica a resposta para um questionamento: como trabalhar com um aluno que tenha quaisquer tipos de deficiência?

Segundo Bedaque (2015):

O trabalho colaborativo, segundo Vigotsky (1984,p.97), encontra-se explicitado na sua principal teoria: a zona de desenvolvimento proximal (ZDP). [...] Assim, a ZDP é “algo coletivo”. O trabalho desenvolvido em colaboração com o outro possibilita transcender os limites dos indivíduos. [...] Dessa forma, podemos considerar que a articulação entre o professor de sala regular e o professor especializado pode ser uma ponte para que os profissionais alcancem níveis de aprendizagem superior e os alunos possam avançar no processo de aprendizagem. Nesse sentido, as dimensões da colaboração precisam ser consideradas: professor especialista e professor de sala comum; professor especialista e aluno; professor de sala comum e aluno; aluno e aluno; aluno e demais membros da escola. (BEDAQUE, 2015, p. 32)

Embora o Atendimento Educacional Especializado seja a resposta para o início de uma ação conjunta para focalizar no aprendizado de um aluno com deficiência, a sala de AEE não é um espaço burocrático, onde o indivíduo se reporta quando quer resolver um problema. É um acompanhamento, uma extensão da sala de aula comum e, como extensão deve levar as suas alegrias e lamúrias para os demais espaços que a escola oferece, a fim de receber e compartilhar ideias para a melhoria da educação na escola como um todo.

Mais do que isso, cabe entender que a essência do trabalho colaborativo está não apenas na atuação entre os docentes, mas no envolvimento de toda a comunidade escolar.

Focalizamos a essência do trabalho colaborativo, a importância da atuação junto com o docente do AEE e todas as outras questões que permeiam o trabalho dentro da educação inclusiva para justificar a essência desse estudo que, não se apresenta como um manual de como se trabalhar com alunos com deficiência, mas que iluminam os caminhos para que possamos garantir o direito desses indivíduos à educação.

Dentro do ensino da História, dos seus vastos temas, o professor pode, utilizando a sua criatividade, somando a um diálogo prévio com o docente do AEE e algumas outras tecnologias, oportunizar um aprendizado ao aluno com um tipo específico de deficiência.

Ao ensinar, por exemplo, numa turma de 7º ano do ensino fundamental, Expansão Marítima, um professor de História geralmente busca se apegar aos mapas para exemplificar as rotas marítimas, a importância do desbravamento de outros caminhos para o Oriente, ou seja, utiliza-se de um instrumento além do convencional quadro e pincel (ou giz) para ilustrar, na aula, o interesse dos europeus à época das grandes navegações.

Imaginando, nesta mesma sala de aula um aluno com deficiência visual, como poderia o professor se utilizar do mesmo método? Uma solução imediata para isto seria ver, junto com o professor do AEE, um mapa em alto relevo, ou, confeccionar um, utilizando um mapa impresso e suas divisas – e no caso, também as rotas – com cola ou outro material que faça o alto relevo.

Outra solução é utilizar uma das várias tecnologias assistivas¹³ que podem auxiliar o trabalho do professor. Uma delas foi desenvolvida pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (UNESP) para as aulas de geografia. O aplicativo MAPAVOX, segundo o site da universidade:

É um software desenvolvido para ser uma ferramenta complementar nas aulas de geografia e cartografia aos alunos com deficiência visual, através da utilização de maquetes táteis que representem cenários do mundo real. Desenvolvido para ser utilizado em microcomputadores com sistema operacional Windows 95 ou superior, ele possibilita a integração de maquete tátil ao sistema de síntese de voz - DOSVOX, permitindo assim, a emissão de sons, textos e imagens pré-programados e a criação e edição de novos textos. Bastante versáteis, as maquetes geradas acopladas a um computador munido do programa MAPAVOX permite ao usuário programar a inserção e emissão de informações sonoras sobre a área tocada. As informações são acionadas por sensores presentes na maquete, que se conecta a um microcomputador por meio do Mapavox. Desse modo, a transmissão dos dados pode ser iniciada por meio de um toque do usuário ou pelos comandos no micro. (Site: UNESP)¹⁴

¹³ Sobre uma definição de Tecnologia Assistiva, Gonçalves e Furtado (2015) entendem que: “A Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento de característica interdisciplinar que tem por objetivo proporcionar à pessoa com deficiência mais independência, qualidade de vida e inclusão social [...]” (GONÇALVES E FURTADO, 2015, p.47).

¹⁴ Disponível em <<http://www.rc.unesp.br/igce/ceapla/cartografiatatil/cartografia.php>>. Acesso em 02 out 2017

Embora o aplicativo seja voltado para aulas de Geografia, uma adaptação a este sistema para atender a uma necessidade da disciplina de História é uma solução provável.

Sabemos, logicamente, que para cada tipo de deficiência são exigidas metodologias e práticas – e até mesmo uso de recursos tecnológicos – diferentes, mas não nos cabe aqui analisar cada tipo de tecnologia assistiva para cada tipo de deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola tem que ser esse lugar em que as crianças tem a oportunidade de ser elas mesmas e onde as diferenças não sejam escondidas, mas destacadas.
Mantoan

Todo processo de inclusão inicia com a própria inclusão dos docentes no universo das pessoas com deficiência. O lidar com as diferenças é um grande desafio para quaisquer pessoas.

O fato é que, muitas vezes, o diferente nos causa estranheza, porém não nos pode causar o sentimento de pena e piedade. A nova geração de alunos já aprenderam a lidar com essa diferença, cabe-nos, agora aprender a trabalhar com o diferente, ao tempo que trabalhá-lo no coletivo.

As ações na sala de aula, devem ser promovidas para a inclusão, caso contrário, cometeremos o pecado de apenas inserirmos esses indivíduos, não lhes proporcionando a experiência do trabalho em grupo, das ações coletivas e, sobretudo, do aprendizado.

Um exemplo bem simples disso é quando um docente – independente do componente curricular – agenda um trabalho em equipe. Geralmente, ao aluno com deficiência sempre é negligenciado esse tipo de atividade, pois, na vil mentalidade do professor esse, pelo simples fato de ser “especial”, já está aprovado. E não é assim que tem que acontecer. Onde está o processo de aprendizado desse aluno? Onde fica a troca de experiências, o momento da descoberta, do aprender algo novo?

Um professor não pode negligenciar o potencial de um aluno com deficiência. Simplesmente não deve deixar passar despercebido um aluno com quaisquer tipos de deficiência. E nem tampouco deve esquecer de seu papel como professor.

Aqui falamos de trabalho colaborativo, de tecnologias assistivas, de Atendimento Educacional Especializado, além da própria ação do docente em sala de aula. Esse conjunto, quando unido, promove mais do que a inclusão nas escolas... É capaz de promover o desenvolvimento do aluno e a formação de um cidadão consciente.

Para nós, professores de História, formar um cidadão é mais que uma consequência do nosso trabalho, é nossa missão segundo os documentos oficiais da educação brasileira, por isso que se impute, ao ensino da História, uma melhor semelhança às temáticas transversais. Como falar de direitos do homem e do cidadão, como abordar a ideia de liberdade e igualdade se nós, enquanto docentes, negligenciarmos o próprio processo de inclusão? Isso é, no mínimo, contraditório.

Por fim, nossa reflexão acerca do ensino de História e o processo de inclusão, gira em torno do tripé: sala de aula/formação docente, Atendimento Educacional Especializado e trabalho colaborativo. Sem esse tripé, sem essa combinação e troca de experiências e informações, não há inclusão, nem educação.

REFERÊNCIAS

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Atendimento Educacional Especializado**. EdUFERSA: Mossoró, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira**. Lei nº9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em 28 set 2017.

_____. MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>>. Acesso em 28 set 2017.

_____. MEC. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e Ensino de História**. 3ªed. Autêntica: Belo Horizonte: 2011.

GONÇALVES, Maria de Jesus; FURTADO, Ulisses de Melo. **Educação a Distância e Tecnologia Assistiva**. Mossoró: EdUFERSA, 2015.

HORN, Geraldo Balduino; GERMINIARI, Geysa Dongley. **O Ensino de História e seu currículo: teoria e método**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

JESUS, Denyse Meyrelles de; EFFGEN, Ariadna Pereira Siqueira. Formação Docente e Práticas Pedagógicas: conexões, possibilidades e tensões. *In*: MIRANDA, Theresinha

Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012, p.17-24.

KARNAL, Leandro. **Conversas com um jovem professor**. São Paulo: Contexto, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Égler (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4ªed. Petrópolis: Vozes, 2011.